



SENADO FEDERAL

**CONTRATO Nº 2017/0027**

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL e do outro, a empresa ECOLIMP – SERVIÇOS GERAIS EIRELI, para a prestação de serviços de motorista (sem veículo), ajudante e atendente para a condução dos veículos locados pelo Senado Federal, bem como os de sua propriedade, e operação de atividades de transporte.

A UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e a empresa ECOLIMP – SERVIÇOS GERAIS EIRELI, com sede na Rua Doutor Costa Lobo, nº 116, Bairro Montese, Resende/ RJ, fax nº (24) 3321-2674, telefone nº (24) 3321-2674, CNPJ-MF nº 39.750.831/0001-16, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. RICARDO ROQUE DE CARVALHO, CI. 06310344-4, expedida pela IUPP, CPF nº. 654.839.957-91, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 037/2017, autorizado pelo Exmo. Senhor Primeiro-Secretário, documento nº 00100.063923/2017-09 (VIA 001), homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento nº 00100.061455/2017-20 do Processo nº 00200.012561/2016-71, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento nº 00100.060279/2017-17 (VIA 001), a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Ato da Comissão Diretora nº 17 de 2015 e do Ato da Diretoria-Geral nº 9 de 2015, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços de motorista (sem veículo), ajudante e atendente para a condução dos veículos locados pelo Senado Federal, bem como os de sua propriedade, e operação de atividades de transporte, com a disponibilização de mão de obra qualificada, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- II - apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;

R.g

Ecolimp Serviços Gerais Ltda - Me
CNPJ: 39.750.831/0001-16
Ricardo Roque de Carvalho
CPF: 654.839.957-91





SENADO FEDERAL

- III - efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- IV - manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;
- V - designar encarregados para controle das operações, durante o horário de prestação de serviços, que se reportará ao Gestor/Fiscal do Contrato, como representante da CONTRATADA, objetivando o perfeito controle de atendimentos;
- VI - manter seus empregados e prepostos uniformizados, fornecendo-lhes uniformes e calçados, de acordo com a respectiva categoria profissional, conforme especificações, quantidades e prazos estabelecidas no Anexo 3 do edital, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários;
- VII - fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos do início da execução do contrato:
- relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, com as respectivas categorias, endereços e telefones residenciais e celular, horário de trabalho, local de lotação, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços; e
 - documentos necessários à expedição de crachá pela Polícia do SENADO, para cada um dos empregados prestadores de serviços no Senado Federal;
- VIII - comunicar ao gestor do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as no Livro de Ocorrências, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos.
- IX - substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:
- falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da comunicação da ausência;
 - gozo de férias e licenças;
 - solicitação do gestor/fiscal do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;
 - automaticamente, após 03 (três) advertências, devidamente registradas no livro de ocorrências;
 - quando não possuir a qualificação mínima exigida; e
 - sempre que seus serviços e/ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO, devidamente justificado.

Exemplo Serviços e Contas Ltda - Me

 CNPJ: 30.740.037/0001-76

 Ricardo Rogério de Carvalho

 CPF: 054.281.557-51



SENADO FEDERAL

X - efetuar o pagamento do auxílio-alimentação no valor de R\$ 22,12 (vinte e dois reais e doze centavos) por dia trabalhado, conforme fixado por decisão da Comissão Diretora na 14ª Reunião de 2011, de 20/12/2011, ou o valor estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho da categoria específica, caso seja superior àquele, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XI - responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do SENADO, por meio próprio (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável. Esta obrigação se aplica inclusive em casos de paralisação de transportes coletivos ou nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;

XII - efetuar o pagamento do salário dos profissionais alocados em agência bancária localizada em Brasília, até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

XIII - efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do "BANCO DE HORAS", de acordo com o que tiver previsto no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria profissional e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/43;

XIV - registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho por meio de sistema biométrico de registro de jornada ou sistema eletrônico similar, a ser instalado nas dependências do SETRAN e do SEMEDE, bem como as ocorrências havidas, na forma disposta no § 2º do artigo 74 da CLT, permitindo a fiscalização do SENADO o acesso aos respectivos dados.

a) Os empregados da CONTRATADA deverão registrar no sistema indicado no inciso anterior, no mínimo, os horários de início e término de sua jornada de trabalho, e, se for o caso, os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada de trabalho semanal e mensal de cada profissional;

b) A instalação do sistema de controle de frequência não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços;

c) A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de controle de ponto antes do início da execução do contrato, em local a ser acordado com o gestor do contrato;

d) Os custos de instalação dos 2 (dois) coletores de ponto biométrico eletrônico serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicional para o SENADO. O fiscal poderá autorizar, excepcionalmente, controle por folha de ponto, para um funcionário ou um grupo, por estrita necessidade ou atipicidade no horário ou atividade a ser executada.

XV - selecionar, treinar e reciclar os profissionais que irão prestar o serviço objeto deste contrato, de acordo com a qualificação mínima definida exigida;

XVI - alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas (Anexo 4 do edital).

RJ
Erolimp Serviços Gerais Ltda. - ME
CNPJ: 30.750.877/0001-16
Ricardo Roque de Carvalho
CPF: 030.987.91

✶



SENADO FEDERAL

XVII - observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria (SITTRATER/DF X SINDIBRAS/DF), efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida.

XVIII - manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado.

XIX - cuidar para que seus empregados mantenham apresentação pessoal adequada à execução dos serviços;

XX - manter seus profissionais identificados por intermédio de uniformes e crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO.

XXI - responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios.

XXII - fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

XXIII - apresentar no primeiro mês da prestação dos serviços a seguinte documentação:

a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

c) Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;

d) Cópias da carteira de identidade, da Carteira Nacional de Habilitação, da Carteira de Trabalho e do CPF dos empregados, inclusive nos casos de substituição; e

e) Currículo dos motoristas, encarregados e atendentes;

XXIV - entregar ao gestor do contrato até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

XXV - entregar, quando solicitado pelo SENADO, quaisquer dos seguintes documentos:



SENADO FEDERAL

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do SENADO;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o SENADO;
- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

XXVI - entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de sua extinção ou rescisão:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

XXVII - apresentar, sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no inciso XXIII.

XXVIII - respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do SENADO;

XXIX - encaminhar ao CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima definida exigida;

XXX - fiscalizar regularmente os seus funcionários designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

XXXI - arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus funcionários quando da execução do serviço objeto contratado;

XXXII - manter seus empregados sob as normas disciplinares do SENADO, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer deles que adote postura incompatível com o exercício de suas atribuições, assim como contrários aos dispostos normativos;

R. G.
Empilip Serviços Gerais Ltda
CNPJ: 38.750.831/0001-76
Ricardo Roque de Carvalho
CPF: 854.834.857-91



SENADO FEDERAL

- XXXIII -** cuidar para que os encarregados indicados mantenham permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização de contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comanda, coordene e controle a execução dos serviços contratados;
- XXXIV -** administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- XXXV -** assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
- XXXVI -** manter sede, filial ou escritório em Brasília com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do SENADO, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários. A CONTRATADA deverá comprovar no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato, o cumprimento desta obrigação;
- XXXVII -** fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências do SENADO membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), quando exigido pelas Normas de Segurança do Trabalho;
- XXXVIII -** providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato e sempre que houver empregados novos admitidos, cartão cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;
- XXXIX -** providenciar no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato e sempre que houver empregados novos admitidos, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias;
- XL -** exercer rígido controle com relação à validade da Carteira Nacional de Habilitação de cada motorista, verificando se a categoria é compatível com os serviços prestados, bem como manter regularizada a documentação do veículo, validade de equipamentos obrigatórios (ex. validade carga/extintor de incêndio);
- XLI -** disponibilizar aparelhos de comunicação tipo celular smartphone, com internet ilimitada e ligações para DF, para os encarregados utilizarem durante a prestação dos serviços, de acordo com o Anexo 4 do edital;
- XLII -** identificar, ao entrevistar as candidatas para o preenchimento das vagas destinadas a essa prestação de serviço, por intermédio de declaração formal dos candidatos, se existe ou não grau de parentesco entre estes e os servidores e parentes descritos no inciso anterior, com vistas ao cumprimento da vedação disposta no Parágrafo Décimo Sexto desta Cláusula.
- XLIII -** Após autorização do Senado, selecionar, entre as indicadas em relação nominal a ser obtida de Conveniada do Senado, o número necessário de trabalhadoras que atenda ao quantitativo previsto no parágrafo segundo desta cláusula.

Rj

Freelimp Serviços Gerais Ltda. - Me
 CNPJ: 29.50.831/0001-76
 Ricardo Ruy de Carvalho
 CPF: 654.89.857-91





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, a comunicação, à Secretaria da Receita Federal, da exclusão obrigatória do referido regime tributário diferenciado, nos termos do art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 037/2017.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso a CONTRATADA não comprove a comunicação no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o SENADO comunicará à Secretaria da Receita Federal, para avaliação da hipótese de exclusão do Simples Nacional prevista no art. 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso a CONTRATADA não honre com o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS concernentes a este contrato, fica o SENADO autorizado a deduzir das faturas os respectivos valores e efetuar o seu pagamento direto, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo que a comunicação deste fato ao SENADO até a data do adimplemento da obrigação poderá ser considerada como atenuante quando da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO OITAVO – Na situação prevista no parágrafo anterior deve a CONTRATADA fornecer ao SENADO de imediato todas as informações e documentos necessários para a efetivação do pagamento direto.

PARÁGRAFO NONO – Na impossibilidade de pagamento direto pelo SENADO, os valores retidos serão depositados cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATADA deverá conceder aos trabalhadores intervalo para repouso e alimentação, na forma dos arts. 71 e 72 da CLT, efetuando rodízio dos empregados alocados no SENADO, de comum acordo com o gestor/fiscal, quando a natureza do serviço exigir a presença ininterrupta de profissionais no posto de trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, isentando o SENADO de qualquer responsabilidade solidária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a vigência dos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços.

Rg
 Ecotemp Serviços Gerais Ltda - Me
 CNPJ: 39.769.434/0001-76
 Ricardo Regus de Carvalho
 CPF: 854.588.987-91





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do SENADO inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e Segurança e Medicina do Trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - É vedada a contratação, por parte da CONTRATADA e para prestarem os serviços objeto do presente contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO, ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do disposto no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05, de 2011, e Decreto nº 7.203, de 2010.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO- Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Caberá ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

I- exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;

II- comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;

III- permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços contratados;

IV- prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;

V- efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

R. J.
Escritório Serviços Gerais Ltda.
CNPJ nº 39.760.812/0001-16
Ricardo Augusto Lima
CPF: 854.589.957-91



SENADO FEDERAL

- VI -** exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado que não cumpra as normas do SENADO na execução dos serviços, que não possua a qualificação mínima exigida, que produza complicações para a fiscalização ou que adote postura incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- VII -** fornecer acesso aos sistemas informatizados a serem utilizados, quando necessário para o desempenho dos serviços a serem contratados;
- VIII -** fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;
- IX -** rejeitar, no todo ou em parte, serviços ou fornecimento executados em desacordo com este contrato;
- X -** efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- XI -** fornecer relação dos servidores credenciados para autorizar saída de veículos;
- XII -** controlar rigorosamente as saídas dos veículos, com anotações próprias de dados tais como: dados do carro, do motorista, natureza da saída, roteiro, data e hora de saída e chegada, justificativa, quilometragem inicial e final.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato, por meio dos trabalhadores alocados no SENADO, sob sua orientação, subordinação e supervisão direta, devendo o início da prestação dos serviços dar-se no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** após a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prestação dos serviços será realizada nas dependências da Senado Federal, em Brasília-DF.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A distribuição dos empregados obedecerá às indicações constantes no Anexo 2 do edital (Descrição das categorias, carga horária e salário base) e às orientações do gestor/fiscal quanto ao seu detalhamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA cumprirá orientação complementar do gestor/fiscal deste contrato quanto à execução e horário de realização dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO - Todos os serviços serão executados diretamente e sob a orientação e comando da CONTRATADA por intermédio de seu encarregado.

PARÁGRAFO QUINTO - Durante a execução dos serviços será considerado o seguinte:

- a) a jornada de trabalho do pessoal na execução dos serviços, obedecendo às disposições da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas pertinentes, será de 08 (dois) horas diárias para os que cumprirão jornada comum, de segunda a sábado, sendo



SENADO FEDERAL

permitida a compensação de horas, a ser feita através de "BANCO DE HORAS". Quanto aos que cumprirão o regime de escala (12 x 36 noturno e diurno), a jornada será alternada, tendo um dia (ou noite) trabalhado para um dia (ou noite) de folga, conforme o plantão (diurno ou noturno)

b) os horários de interrupção dos serviços para repouso e alimentação serão estabelecidos pelo fiscal, conforme as necessidades do SENADO, observada a legislação trabalhista;

c) os profissionais deverão se apresentar limpos e asseados, quer no aspecto dos uniformes a serem utilizados, quer na higiene pessoal.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela identificação das notificações de infrações de trânsito cometidas por seus funcionários e pelo pagamento das multas respectivas;

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados, ou próprios da contratante, e efetuar os descontos na folha do infrator. Antes de realizar o pagamento, a CONTRATADA aguardará a conclusão dos processos referentes aos recursos previstos pela legislação. Indeferido o recurso, a contratada, efetuará o pagamento com desconto e enviará o comprovante ao SENADO.

PARÁGRAFO OITAVO - Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor/fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITO EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO- DGBM

O SENADO fará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, de 1/3 constitucional das férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários; multa sobre fundo de garantia (FGTS), contribuição social e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da CONTRATADA, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As verbas mencionadas no *caput* desta cláusula serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A última fatura apresentada pela CONTRATADA será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os depósitos de que trata o *caput* serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

Rg



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO – As quantias que serão retidas para o atendimento desta cláusula serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à CONTRATADA após a comprovação dos respectivos pagamentos.

PARÁGRAFO SEXTO - Os valores provisionados na forma do *caput* desta Cláusula serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:

I - parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

II - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

III - quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e

IV - ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das demais verbas descritas no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A hipótese prevista no inciso IV do Parágrafo Sexto desta cláusula não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contiguamente, com a mesma empresa e com o mesmo objeto.

PARÁGRAFO OITAVO – Ocorrendo a situação prevista no Parágrafo Sétimo desta cláusula, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração. O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

PARÁGRAFO NONO – Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III do Parágrafo Sexto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no *caput* desta cláusula, em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para o pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo SENADO, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.

I- A CONTRATADA será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para a quitação das referidas verbas.

II – Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da CONTRATADA, o SENADO não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores,



SENADO FEDERAL

cabendo à CONTRATADA efetua-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do Parágrafo Décimo Segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O prazo previsto no Parágrafo Décimo desta cláusula não exime a CONTRATADA da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Na hipótese de inobservância do prazo previsto no Parágrafo Décimo, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a CONTRATADA quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os valores provisionados serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à CONTRATADA após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os valores depositados em garantia serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O Senado Federal poderá negociar com a Instituição Financeira, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para implementação e manutenção do DGBM.

I - No caso de haver cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor mensal estimado de R\$ 369.853,74 (trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e quatro centavos), correspondente a mão de obra, conforme proposta da CONTRATADA, documento nº 00100.060279/2017-17, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos por serviços não executados ou executados de forma incompleta.

TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA				
ITEM	CATEGORIAS	QTDE	Custo Unitário	Custo Mensal
1	Motorista - 5h às 22h	42	R\$ 5.098,51	R\$ 214.137,42
2	Motorista - 14h às 23h	2	R\$ 5.191,90	R\$ 10.383,80
3	Motorista - 15h às 24h	1	R\$ 5.285,09	R\$ 5.285,09

R.S.
 Edilino S. Gomes Gerente Ltda - ME
 CNPJ: 09.750.831/0001-71
 Rogério Roberto de Carvalho
 4



SENADO FEDERAL

4	Motorista – escala diurna – 12x36	4	R\$ 4.627,82	R\$ 18.511,28
5	Motorista – escala noturna – 12x36	6	R\$ 5.326,76	R\$ 31.960,56
6	Motorista de ambulância – 5h às 22h	4	R\$ 5.465,15	R\$ 21.860,60
7	Motorista de ambulância – 15h às 24h	1	R\$ 5.668,27	R\$ 5.668,27
8	Atendente	3	R\$ 3.101,04	R\$ 9.303,12
9	Ajudante	12	R\$ 2.959,81	R\$ 35.517,72
10	Encarregado – 5h30 às 14h30	1	R\$ 8.413,66	R\$ 8.413,66
11	Encarregado – 15h às 24h	1	R\$ 8.812,22	R\$ 8.812,22
TOTAL MENSAL				R\$ 369.853,74
TOTAL ANUAL (12 meses)				R\$ 4.438.244,88

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço global anual estimado do presente contrato para o período de 12 (doze) meses consecutivos é de **R\$ 4.438.244,88** (quatro milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O SENADO pagará à CONTRATADA, acrescendo ao preço global mensal, mediante apresentação de documento fiscal em separado, os valores referentes a eventual serviço extraordinário realizado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, respeitado o limite fixado pela legislação, por empregado, na conformidade do inciso XIII da Cláusula Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, condicionados ao prévio atesto dos serviços pelo gestor ou fiscal, mediante o recebimento do documento fiscal, com a discriminação dos serviços, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.

PARÁGRAFO QUARTO - O primeiro documento fiscal a ser apresentado terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os documentos fiscais subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

PARÁGRAFO QUINTO - Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do documento fiscal, condicionados à manifestação do gestor na forma do parágrafo sétimo e à apresentação de:

I - prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante do documento fiscal apresentado, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, quando for o caso deste pagamento pela CONTRATADA, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;

II - Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Fundo de Garantia por



SENADO FEDERAL

Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

III - espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;

IV - comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;

V - tabela demonstrando os descontos efetuados na nota fiscal do mês de referência, sobre os valores com obrigação mensal sem comprovação de pagamento (Vale-Transporte, Auxílio Alimentação, Adicional Noturno, etc.), tendo como base de cálculo a fórmula de composição de custos utilizada na formulação da planilha de preços das categorias;

VI - planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;

VII - planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário; e

VIII - apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Os valores provisionados em DGBM, previstos na Cláusula Quinta, serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* da Cláusula Quinta.

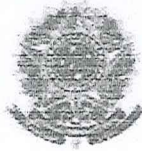
PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação do gestor do contrato ou, nos casos em que se enquadrem no § 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de comissão designada pela Diretora-Geral, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, qualidade e cumprimento das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO OITAVO - Eventual(is) irregularidade(s) constatada(s) na apresentação dos documentos elencados no Parágrafo Quinto ensejará(ão) a suspensão do pagamento até que haja a regularização da pendência por parte da CONTRATADA pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de penalidade, bem como de rescisão unilateral pela Administração.

PARÁGRAFO NONO - A falta de qualquer empregado, sem a reposição prevista no inciso IX da Cláusula Segunda, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual prevista no parágrafo oitavo da Cláusula Décima Segunda.

PARÁGRAFO DÉCIMO - No encaminhamento do documento fiscal, a CONTRATADA deverá fazer demonstração analítica da cobrança de cada rubrica de que trata esta cláusula.

Ry



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Havendo vício a reparar em relação ao documento fiscal apresentado ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo quinto desta cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo quinto e a data do efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento fiscal próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

A repactuação deste contrato é permitida para os valores provenientes de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho exclusivamente para os itens de custos de mão de obra, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir admitindo-se como termo inicial a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os itens correspondentes a despesas operacionais administrativas (custos indiretos), lucro, insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei), constantes da Planilha de Preços de Mão de Obra do Anexo 7, serão reajustados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, após 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, não incidindo sobre tais itens quaisquer variações decorrentes de acordo, convenção ou dissídio coletivos de trabalho.

I – Quando a remuneração dos itens despesas operacionais administrativas (custos indiretos) e lucro for estipulada através de índice percentual, estes terão seus percentuais da proposta



SENADO FEDERAL

original conservados, nos casos de aditamentos provenientes dos institutos do 'fato da administração' e do 'fato do príncipe', com o intuito de preservar a proporcionalidade e a condição efetiva da proposta inicial da contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O primeiro reajuste dos itens mencionados no parágrafo anterior levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade da repactuação será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão de obra da contratação.

PARÁGRAFO QUARTO - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

PARÁGRAFO QUINTO - A repactuação será precedida de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos relativos a mão de obra, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

PARÁGRAFO SEXTO - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO OITAVO - Desde que acordada entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

PARÁGRAFO NONO - O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação se inicia a partir da homologação da convenção coletiva ou do acordo coletivo de trabalho que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato e se encerrará na data da prorrogação contratual subsequente, ou caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de preclusão do direito.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Nas repactuações baseadas em convenções coletivas de trabalho, não serão aplicados os índices apresentados pela CONTRATADA quando estes estiverem injustificada ou abusivamente mais altos que aqueles praticados no mercado relevante, hipótese em que será apurada a média dos índices utilizados nas convenções coletivas de



SENADO FEDERAL

trabalho relativas a períodos semelhantes, utilizando-se o percentual resultante como limite para a repactuação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Acerto Final de Contas, se extinto o contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O arredondamento de valores e preços deste contrato rege-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010.

I - para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais;

II - quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na alínea I for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01031055140615664 e Natureza de Despesa 339037, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº 2017NE800552, datada de 25 de abril de 2017.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de **R\$ 221.912,24** (duzentos e vinte e um mil, novecentos e doze reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;



SENADO FEDERAL

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo ao Gestor do contrato, em até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da via assinada do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia será liberada, se for o caso, até 30 (trinta) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos do Parágrafo Sexto da Cláusula Sexta.

I - A garantia prevista somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

II - Caso o pagamento de que trata o inciso anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEXTO - O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III - prejuízos causados ao SENADO e/ou a terceiros decorrentes de responsabilidade civil da CONTRATADA durante a execução do contrato;

IV - obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias decorrentes da execução do contrato e não honradas pela CONTRATADA;

V - prejuízos decorrentes de acidentes de trabalho oriundos da execução do contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO OITAVO – A garantia apresentada será avaliada pelo SENADO, não se admitindo qualquer restrição ou condicionante à sua plena execução, sobretudo se apresentada em alguma das formas previstas nos incisos II e III do **caput** desta cláusula, garantia que será rejeitada se houver exclusão ou omissão de quaisquer das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, nos termos do parágrafo anterior.

PARÁGRAFO NONO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

II – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do **caput** desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pelo Diretor-Geral ou Diretor-Geral Adjunto de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008, e nº 08, de 2015, bem como no Ato da Diretoria-Geral nº 20/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

- I - apresentar documentação falsa;
- II – fraudar a execução do contrato;
- III – comportar-se de modo inidôneo;
- IV – fazer declaração falsa;
- V – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013 sujeitarão os infratores às penalidades ali previstas.

PARÁGRAFO QUARTO - Decorrido o prazo previsto para o início da execução deste contrato, sem a prestação dos serviços, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas nesta cláusula, observando-se os critérios constantes do parágrafo décimo quinto.

PARÁGRAFO QUINTO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Quinto, inciso II, da Cláusula Sexta, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, observando-se os critérios constantes do parágrafo décimo quinto.

PARÁGRAFO SEXTO - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos parágrafos quarto e quinto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 2,00% (dois por cento), contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no parágrafo nono da Cláusula Décima.

PARÁGRAFO OITAVO - Pelo descumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas, a CONTRATADA ficará sujeita à multa,

Ry
 Senador Carlos A. M.
 CNPJ: 09.345.000/0001-16
 Ricardo R. de Carvalho



SENADO FEDERAL

em percentuais definidos nos quadros a seguir, incidente sobre o valor contratual mensal vigente, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,1% a 0,2%
2	0,3% a 0,4%
3	0,5% a 0,8%
4	0,9% a 1,6%
5	1,7% a 3,2%
6	Até 6,4 %

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá;	1	Por empregado e por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços;	1	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente;	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço;	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	6	Por dia e por tarefa designada
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;	5	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	5	Por ocorrência
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	6	Por ocorrência
10	Retirar do SENADO FEDERAL quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previstos em contrato, sem autorização prévia do	1	Por item e por ocorrência



SENADO FEDERAL

	responsável;		
11	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a amuência prévia do CONTRATANTE;	4	Por empregado e por dia

Para os itens a seguir, deixar de:

12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal;	1	Por funcionário e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições;	1	Por empregado e por dia
14	Manter a documentação de habilitação atualizada;	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO;	1	Por ocorrência
16	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários;	1	Por ocorrência
17	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO;	2	Por ocorrência
18	Efetuar a reposição de funcionários faltosos;	2	Por ocorrência
19	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, tributos, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por dia e por ocorrência
20	Entregar o uniforme aos funcionários a cada 6 (seis) meses	1	Por funcionário e por dia
21	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	2	Por ocorrência e por dia
22	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
23	Deixar de providenciar a abertura da conta bloqueada para movimentação – DGBM, no prazo previsto, por dia.	1	Por dia



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO NONO - A reincidência de infrações do mesmo grau, previstas nos quadros do parágrafo anterior, fará incidir o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa aplicada.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Para os casos de infrações contratuais não previstas nos parágrafos anteriores, o SENADO aplicará multa, a ser fixada entre os graus 1 e 5, em razão da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os percentuais previstos nos quadros do parágrafo oitavo desta cláusula, somadas todas as penalidades aplicadas, não poderão superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato, ressalvadas as hipóteses especiais dos parágrafos segundo e quinto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do parágrafo quinto da Cláusula Décima Terceira, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I - os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II - a não reincidência da infração;
- III - a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV - a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e
- V - a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato **terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o artigo 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá, em até 60 (sessenta) dias contados do término do contrato, apresentar comprovação de quitação de todos os débitos rescisórios de caráter trabalhista devidos aos seus empregados, segundo os requisitos do inciso XXVI da Cláusula Segunda e do Parágrafo Quinto da Cláusula Sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, 02 de Maio de 2017.

ILANA TROMBKA

DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

RICARDO ROQUE DE CARVALHO
ECOLIMP – SERVIÇOS GERAIS EIRELI

Ecolump Serviços Gerais Ltda
CNPJ: 39.750.831/0001-16
Ricardo Roque de Carvalho
CPF: 654.839.857-91

Testemunhas:

Rodrigo Galha
Diretor da SADCON

Alexandre Hoffmann
Coordenador da COPLAC

U:\COPLAC\SECON\SECON2017\MINUTA\CONTRATO\ECOLIMP CT NOVO 12561 2016(MT).doc

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CCT		CCT 2016/2017 SITTRATER/DF x SINDIBRAS/DF Nº DF000462/2016	
CATEGORIA		MOTORISTA DE VEICULO PESADO (COMUM - 5H AS 22H)	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Porcentual	VALOR PROPOSTA
Salário Base			2.085,05
Adicional Noturno			-
Adicional de Periculosidade			-
Adicional Horas Extras			-
Adicional Noturno Sobre Horas Extras			-
Somula 444 TS			-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 2.085,05
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS:			
Auxílio Transporte			204,80
Auxílio Alimentação (R\$ 24,50 por dia trabalhado. Pode haver desconto de 10% CCT Cláusula 9ª, § 3º)			579,12
Assistência Médica			-
Seguro de vida, auxílio invalidez e funeral			-
Fundo indenizatório			-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			848,92
MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS:			
Insumentos Diversos:			
Uniformes			45,67
EPIs e Ferramentas			-
Conjuntos de Primeiros Socorros			-
Equipamentos e Renda e Comunicação			-
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			45,67
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS:			
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Porcentual	VALORES
INSS (art. 20, inciso I, Lei nº 8.212/91)		20,00%	417,01
SESI ou SESCO (art. 60, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)		1,50%	31,28
SENAC ou SENAC (Decreto nº 2.376/86)		1,00%	20,85
INCRFA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.767, de 20/06/89)		0,20%	4,17
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.042/92)		2,50%	52,13
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)		8,00%	166,80
Plano de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II.B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/01) (3,00% art. 50)		1,50%	31,28
SEBRAE (§ 3º, art. 6º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)		0,60%	12,51
arredondamento			(0,01)
TOTAL		39,30%	796,92
4.2. 13º SALÁRIO		Porcentual	VALORES
13º Salário		9,33%	172,56
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário		8,23%	172,56
arredondamento		2,94%	0,01
TOTAL		11,27%	245,13
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Porcentual	VALORES
Afastamento maternidade		0,0200%	0,42
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade		0,0100%	0,21
arredondamento			-
TOTAL		0,03%	0,63
4.4. PROVISÃO P. RESCISÃO		Porcentual	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (3)		0,4200%	8,76
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		0,0300%	0,70
Multa da FGTS e da Contribuição Social de Aviso Prévio Indenizado		0,2000%	4,17
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XX, CF e 477, 487 e 491, CLT)		1,8472%	38,52
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,6500%	13,55
Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Trabalhado		3,8000%	78,23
arredondamento			-
TOTAL		6,95%	144,93
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Porcentual	VALORES
Férias		8,3300%	173,69
Adicional de Férias		2,7500%	57,96
Auxílio doença (arts. 59 e 64, Lei 8.212/91, art. 19, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		0,3900%	8,13
Licença maternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, 6º CLT)		0,0208%	0,42
Faltas legais (art. 473 e 63, CLT)		0,2800%	5,84
Aposente de Trabalho (arts. 19 e 25, Lei 8.212/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.357/76)		0,0300%	0,62
Outros		0,0000%	-
Subtotal		11,8308%	246,66
Incidência do 4.1. sobre o Custo de Reposição		4,1763%	87,03
arredondamento			-
TOTAL		16,01%	333,70
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	39,3000%	796,92
4.2.	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FERIAS	11,2700%	245,13
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,0300%	0,63
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,9500%	144,93
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	16,0100%	333,70
	TOTAL	80,5600%	1.490,31
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			R\$ 1.421,98
B		Porcentual	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos Indiretos)	3,0900%	126,17
B	TRIBUTOS	0,6500%	261,63
B.1	IRIS	0,6500%	33,14
B.2	COFINS	3,0000%	159,96
B.3	Tributos Municipais ISS	5,0000%	254,33
B.4	Outros Tributos (INSS Lei 12546/2011)		-
	Subtotal		677,20
C	LUCRO	2,2000%	100,26
			(0,02)
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 - LUCRO)		10,65%	677,44
(categoria profissional)	1 POSTO	Quantidade	VALORES
		1	3.998,97

R. J.
 Ecolump Serviços Gerais Ltda - Me
 CNPJ: 39.750.831/0001-16
 Ricardo Rosas de Carvalho
 CPF: 854.857-91

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CCT		CCT 2016/2017 SITTRATER/DF x SINDIBRAS/DF Nº DF000462/2016	
CATEGORIA		MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO (COMUM - 14H AS 23H)	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Porcentuais	VALOR PROPOSTA
Salário Base			2.089,05
Adicional Noturno		20,00%	417,86
Adicional de Periculosidade			-
Adicional Horas Extras			-
Adicional Noturno Sobre Horas Extras			-
Somatório ISS			-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 2.132,71
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
Auxílio Transporte			204,80
Auxílio Alimentação (R\$ 24,50 por dia trabalhado; Pode haver desconto de 10%) CCT Cláusula 8ª, § 3º			575,13
Assistência Médica			-
Seguro de vida, auxílio invalidez e funeral			-
Fundo Indenizatório			-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			949,93
MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
Uniformes			45,04
EPIs e Ferramentas			-
Conjunto de Primeiros Socorros			-
Equipamentos e Fone de Comunicação			-
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			45,04
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Porcentuais	VALORES
INSS (art. 20, inciso I, Lei nº 8.212/91)		20,00%	426,54
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 5.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)		1,50%	31,99
SRNA ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)		1,00%	21,23
INCRRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 20/06/89)		0,20%	4,27
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/83)		2,50%	53,32
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 33, Lei nº 8.036/90)		8,00%	170,93
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II, B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/06) (3,00%x0,50)		1,50%	31,98
SEBRAE (6,3%, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)		0,60%	12,80
Arredondamento			(0,01)
TOTAL		35,30%	753,89
4.2. 13º SALÁRIO		Porcentuais	VALORES
13º Salário		8,33%	177,65
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário		8,33%	177,65
Arredondamento		2,54%	52,71
TOTAL		11,27%	240,27
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Porcentuais	VALORES
Afastamento maternidade		0,0000%	0,43
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade		0,0100%	0,21
Arredondamento			-
TOTAL		0,01%	0,64
4.4. PROVISÃO P. RESCISÃO		Porcentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 481, CLT) (2)		0,4200%	8,96
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		0,0350%	0,72
Multa de FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado		0,2000%	4,27
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXX, CF e 477, 487 e 481, CLT)		1,8475%	39,40
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,6500%	13,66
Multa de FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Trabalhado		3,8000%	81,25
Arredondamento			(6,01)
TOTAL		6,95%	146,29
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Porcentuais	VALORES
Férias		8,2000%	171,65
Adicional de Férias		2,7800%	58,29
Auxílio doença (art. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 19, Lei nº 8.212/91 e art. 478, CLT)		0,9900%	20,92
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		0,0228%	0,48
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		0,2800%	5,97
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 25, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.357/76)		0,0300%	0,64
Outras		0,0000%	-
Subtotal		11,3208%	239,52
Incidência do 4.1. sobre o Custo de Reposição		4,1765%	89,07
Arredondamento			-
TOTAL		15,01%	341,39
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4		Porcentuais	VALORES
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS		35,3000%	753,89
4.2. 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS		11,2708%	240,27
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		0,0100%	0,64
4.4. PROVISÃO RESCISÃO		6,9508%	146,29
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		15,0071%	341,39
TOTAL		69,5387%	1.482,48
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
S		Porcentuais	VALORES
A Taxa de Administração (Custos Indiretos)		3,2700%	138,68
B TRIBUTOS		6,6500%	440,11
B.1 PIS		0,6500%	33,75
B.2 COFINS		3,0000%	155,76
B.3 Tributos Municipais ISS		5,0000%	269,50
B.4 Outros Tributos (INSS Lei 12546/2011)			-
Subtotal			597,77
C LUCRO		2,2001%	102,10
Subtotal			(0,02)
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		12,60%	595,85
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
1 POSTO		1	5.191,30

R.S.
 Ecolimp Serviços Gerais Ltda - Me
 CNPJ: 09.750.831/0001-16
 Ricardo Rogério de Souza
 CPF: 654.380.440-00

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CCT		CCT 2016/2017 SITTRATER/DF x SINDIBRAS/DF Nº DF000462/2016	
CATEGORIA		MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO (COMUM - 15H ÀS 24H)	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Porcentual	VALOR PROPOSTA
Salário Base			2.065,05
Adicional Noturno		20,00%	95,32
Adicional de Periculosidade			-
Adicional Horas Extras			-
Adicional Noturno Sobre Horas Extras			-
Somado 13º			-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 2.160,37
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
Auxílio Transporte			204,80
Auxílio Alimentação (R\$ 24,50 por dia trabalhado, Pode haver desconto de 10% CCT Cláusula 3ª, § 3º)			575,12
Assistência Médica			-
Seguro de vida, auxílio invalidez e funeral			-
Fundo indenizatório			-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			949,92
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
Uniformes			45,84
EPI's e Ferramentas			-
Conjunto de Primeiras Socorros			-
Equipamentos e Fone de Comunicação			-
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			45,84
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Porcentual	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)		28,00%	436,07
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)		1,50%	32,71
SRVAV ou SENAC (Decreto nº 2.378/86)		1,00%	21,60
INCRA (art. 1º, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.797, de 5/06/89)		0,20%	4,36
Salário Educação (art. 35, inciso I, Decreto nº 67.043/82)		2,50%	54,51
FGTS (Lei Complementar nº 11.911/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)		8,30%	174,43
Fundo de Acidente de Trabalho/RAT/INSS - inciso II, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 8.042/06 (3,00% do SD)		1,30%	28,17
SEBRAE (6º art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154-90)		0,60%	13,08
arredondamento			-
TOTAL		39,30%	789,97
4.2. 13º SALÁRIO		Porcentual	VALORES
13º Salário		6,33%	137,62
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário		2,94%	64,11
arredondamento			0,01
TOTAL		11,27%	245,74
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Porcentual	VALORES
Afastamento maternidade		0,0000%	0,44
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade		0,0100%	0,22
arredondamento			(0,01)
TOTAL		0,03%	0,65
4.4. PROVISÃO P. RESCISÃO		Porcentual	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		0,4200%	9,16
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		0,0336%	0,73
Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado		0,2000%	4,36
Aviso Prévio Trabalhista (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)		1,8429%	40,28
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhista		0,8500%	18,17
Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Trabalhista		3,8000%	82,69
arredondamento			-
TOTAL		6,35%	137,55
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Porcentual	VALORES
Férias		8,3300%	181,62
Adicional de Férias		2,7800%	60,61
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 19, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		0,3900%	8,50
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, 6.1º CLT)		0,0287%	0,65
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		0,2800%	6,11
Acidente de Trabalho (art. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 475, CLT e Lei nº 6.387/76)		0,0500%	0,65
Outros		0,0000%	-
Incidência do 4.1. sobre o Custo de Reposição		11,8308%	257,96
arredondamento		-4,1762%	-91,25
TOTAL		15,01%	342,01
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	39,3000%	789,97
4.2.	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FERIAS	11,2700%	245,74
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,0300%	0,65
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,3500%	137,55
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	10,9071%	245,01
TOTAL		69,584%	1.519,92
TOTAL (MÓDULOS 1+2+3+4)			R\$ 4.568,85
MÓDULO 5 - CUSTOS (INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
S		Porcentual	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos Indiretos)	3,0800%	141,15
B	TRIBUTOS	6,8500%	407,15
B.1	PIIS	0,6500%	34,25
B.2	COFINS	3,0000%	168,55
B.3	Tributos Municipais ISS	5,0000%	264,25
B.4	Outros Tributos (INSS Lei 12546/2011)	-	-
Subtotal			599,30
C	LUCRO	2,2000%	103,93
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		12,88%	703,23
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	5.285,09

Handwritten signature and initials

Handwritten stamp:
 Ecolimp Serviços Gerais Ltda - ME
 CNPJ: 39.750.831/0001-16
 Ricardo Roque de Carvalho
 0001-821-805-0001-01

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CCT		CCT 2016/2017 SITTRATER/DF x SINDIBRAS/DF Nº DF000462/2016	
CATEGORIA		MOTORISTA DE VEICULO PESADO (ESCALA DIURNA - 12X36)	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Porcentuais	VALOR PROPOSTA
Salário Base			2.085,05
Adicional Noturno			-
Adicional de Periculosidade			-
Adicional Horas Extras			-
Adicional Noturno Sobre Horas Extras			-
Somula 444 TST			-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 2.085,05
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
Auxílio Transporte			66,80
Auxílio Alimentação (R\$ 24,50 por dia trabalhado. Pode haver desconto de 10% CCT Cláusula 8ª, § 3º)			331,80
Assistência Médica			-
Seguro de vida, auxílio invalidez e funeral			-
Fundo Indenizatório			-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			421,70
MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
Uniformes			45,84
EPIs e Ferramentas			-
Conjunto de Primeiros Socorros			-
Equipamentos e Fiação e Comunicação			-
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			45,84
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Porcentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)		26,00%	417,01
SESI ou SESCO (art. 30, Lei nº 8.038/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)		1,50%	31,28
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)		1,00%	20,85
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 26/06/89)		0,20%	4,17
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.942/82)		2,50%	52,13
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.038/90)		8,00%	166,82
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II.B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 8.042/06) (3,00%x0,50)		1,50%	31,28
SEBRAE (6º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)		0,60%	12,51
arredondamento			(0,01)
TOTAL		39,30%	739,92
4.2. 13º SALÁRIO		Porcentuais	VALORES
13º Salário		8,33%	173,68
Subtotal		8,33%	173,68
Incidência do 4.1. sobre o 13º salário		2,94%	61,31
arredondamento			0,01
TOTAL		11,27%	235,00
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Porcentuais	VALORES
Afastamento maternidade		0,0200%	0,42
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade		0,0100%	0,21
arredondamento			-
TOTAL		0,03%	0,63
4.4. PROVISÃO P. RESCISÃO		Porcentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		0,4200%	8,76
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		0,0385%	0,79
Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado		0,2000%	4,17
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)		1,8472%	38,52
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,6500%	13,55
Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio trabalhado		3,8000%	78,29
arredondamento			-
TOTAL		6,96%	144,93
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Porcentuais	VALORES
Férias		8,3300%	173,68
Adicional de Férias		2,7800%	57,86
Auxílio doença (arts. S9 a 64, Lei 8.213/91, art. 19, Lei nº 8.212/91 e art. 478, CLT)		0,3800%	8,13
Licença maternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		0,0208%	0,43
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		0,2800%	5,84
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 475, CLT e Lei nº 6.357/76)		0,0300%	0,63
Outros		0,0000%	-
Subtotal		11,8208%	246,68
Incidência do 4.1. sobre o Custo de Reposição		4,1763%	87,08
arredondamento			-
TOTAL		16,01%	333,76
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
		Porcentuais	VALORES
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	39,3000%	739,92
4.2	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	11,2700%	235,00
4.3	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,0300%	0,63
4.4	PROVISÃO RESCISÃO	6,9500%	144,93
4.5	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	16,0171%	333,76
TOTAL		69,5641%	1.454,34
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
		Porcentuais	VALORES
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
A	Taxa de Administração (Custos Indiretos)	3,3800%	123,80
B	TRIBUTOS	8,6500%	480,39
B.1	PIS	0,6500%	30,58
B.2	COFINS	3,0000%	138,83
B.3	Tributos Municipais ISS	5,0000%	231,29
B.4	Outros Tributos (INSS Lei 12546/2011)	-	-
Subtotal		12,33%	522,80
C	LUCRO	2,1999%	91,00
Subtotal		2,1999%	91,00
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		14,53%	614,80
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
1 POSTO		1	4.627,72

R.S

Ecolimp Serviços Gerais Ltda - Me
 CNPJ: 39.750.831/0001-16
 Ricardo Augusto de Carvalho
 CPF: 028.111.111-11

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CCT		CCT 2016/2017 SITTRATER/DF x SINDIBRAS/DF Nº DF008462/2016	
CATEGORIA		MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO (ESCALA NOTURNA - 12X36)	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Porcentuais	VALOR PROPOSTA
Salário Base			2.085,05
Adicional Noturno		20,00%	357,44
Adicional de Periculosidade			-
Adicional Horas Extras			-
Adicional Noturno Sobre Horas Extras			-
Somada 444 TST			-
TOTAL DA REMUNERACAO			R\$ 2.642,49
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
Auxílio Transporte			99,60
Auxílio Alimentação (R\$ 24,50 por dia trabalhado. Pode haver desconto de 10% CCT Cláusula 8ª, § 3º)			331,80
Assistência Médica			-
Seguro de Vida, auxílio invalidez e funeral			-
Fundo Indenizatório			-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			431,40
MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
Uniformes			-5,64
EPIs e Ferramentas			-
Conjunto de Primeiros Socorros			-
Equipamentos e Flonda e Comunicação			-
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			45,64
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Porcentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)		20,00%	469,50
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.039/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)		1,50%	36,64
SERVIU ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)		1,00%	24,42
INCRAN (art. 1º, I, Decreto Lei 1.149/70 e Lei 7.767, de 30/03/89)		0,20%	4,69
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)		2,50%	61,96
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.038/90)		8,00%	195,40
Fundo de Acidente do Trabalho/RAT/INSS, inciso II, S, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/06 (3,00%x0,50)		1,50%	36,64
SEBRAE (6 3º, art. 6º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)		0,60%	14,65
arredondamento			8,01
TOTAL :		35,30%	862,20
4.2. 13º SALARIO		Porcentuais	VALORES
13º Salario		6,33%	209,46
Subtotal		6,33%	209,46
Incidência do 4.1. sobre o 13º salario		2,94%	77,82
arredondamento			-
TOTAL :		11,27%	276,28
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Porcentuais	VALORES
Afastamento maternidade		0,0200%	0,48
Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade		0,0100%	0,34
arredondamento			-
TOTAL :		0,03%	0,73
4.4. PROVISAO P. RESCISAO		Porcentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		0,4200%	10,26
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		0,0333%	0,82
Multa de FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado		0,2000%	4,98
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XIX, CF e 477, 487 e 491, CLT)		1,8472%	45,12
Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,6500%	15,89
Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Trabalhado		3,8000%	92,81
arredondamento			0,00
TOTAL :		6,95%	169,77
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Porcentuais	VALORES
Férias		8,3300%	209,46
Adicional de Férias		2,7800%	67,90
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 19, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		0,3800%	9,53
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		0,0281%	0,51
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		0,2800%	5,84
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.357/75)		0,0300%	0,73
Outros		0,0000%	-
Subtotal		11,9388%	286,57
Incidência do 4.1. sobre o Custo de Reposição		4,1766%	102,00
arredondamento			-
TOTAL :		16,01%	390,97
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4		MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)	
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	35,3000%	862,20
4.2.	13º SALARIO E ADICIONAL DE FERIAS	11,2789%	276,28
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,0300%	0,73
4.4.	PROVISAO RESCISAO	6,9500%	169,77
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	16,0088%	390,97
TOTAL :		69,5381%	1.699,95
TOTAL 1 (MÓDULOS: 1-3-4)			R\$ 4.618,98
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
S		Porcentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos Indiretos)	3,0700%	142,26
B	TRIBUTOS	8,6500%	460,76
B.1	PIS	0,6500%	34,62
B.2	COFINS	3,0000%	159,80
B.3	Tributos Municipais ISS	5,0000%	266,34
B.4	Outros Tributos (INSS Lei 12546/2011)		-
Subtotal			500,82
C	LUCRO	2,2001%	104,75
Subtotal			104,75
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		13,93%	707,76
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)			0,01
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		13,93%	707,76
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
1 POSTO		1	5.326,76

RJ

Ecolimp Serviços Gerais Ltda - Me
 CNPJ: 09.750.831/0001-16
 Ricardo Roque

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CCT	CCT 2016/2017 SITRATER/DF x SINDIBRAS/DF Nº DF000462/2016		
CATEGORIA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (5H ÀS 22H)		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.085,05
	Adicional Noturno		
	Adicional de Insalubridade (grau médio) SM = R\$ 937,00	20,00%	187,40
	Adicional Horas Extras		
	Adicional Noturno Sobre Horas Extras		
	Sumula 444 TSJ		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 2.272,45
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte		264,90
	Auxílio Alimentação (R\$ 24,50 por dia trabalhado. Pode haver desconto de 10%) CCT Cláusula 9ª, § 3º		575,12
	Assistência Médica		
	Seguro de vida, auxílio invalidez e funeral		
	Fundo indenizatório		
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			840,02
MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
	Uniformes		45,84
	EPIs e Ferramentas		
	Conjunto de Primeiros Socorros		
	Equipamentos e Rondas e Comunicação		
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			45,84
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Percentuais	VALORES
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS	(INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00%	454,49
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.038/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50%	34,08
	SENAC (Decreto nº 2.319/86)	1,00%	22,72
	INCRAN (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20%	4,54
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/83)	2,50%	54,81
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 9º, Lei nº 8.036/90)	8,00%	181,80
	Risco de Acidente de Trabalho/RAT/INSS - inciso II B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 8.042/08 (3,00%x0,50)	1,50%	34,08
	SEBRAE (5º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60%	13,63
	arredondamento		
	TOTAL:	36,30%	892,17
4.2. 13º SALÁRIO	13º Salário	8,33%	189,30
	Subtotal	8,33%	189,30
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,94%	66,82
	arredondamento		
	TOTAL:	11,27%	256,12
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE	Afastamento maternidade	0,0200%	0,45
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,0100%	0,23
	arredondamento		
	TOTAL:	0,03%	0,68
4.4. PROVISÃO P. RESCISÃO	Aviso Prévio indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,4200%	8,54
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,0336%	0,76
	Multa de FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado	0,2000%	4,24
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,8472%	41,98
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,6500%	14,77
	Multa de FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio trabalhado	3,8000%	86,36
	arredondamento		
	TOTAL:	6,95%	157,94
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Férias	8,3300%	189,30
	Adicional de Férias	2,7800%	63,17
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 19, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,3900%	8,86
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,0200%	0,47
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,2800%	6,36
	Acidentia de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,0300%	0,68
	Outros	0,0000%	
	Subtotal	11,9308%	269,85
	Incidência do 4.1. sobre o Custo de Reposição	4,1769%	94,90
	arredondamento		
	TOTAL:	16,01%	363,75
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	36,3000%	892,17
4.2.	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	11,2708%	256,12
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,0300%	0,68
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,9508%	157,94
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	16,0071%	363,75
	TOTAL:	69,5384%	1.580,66
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)			R\$ 4.738,97
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Percentuais	VALORES
S	Taxa de Administração (Custos Indiretos)	3,0800%	145,96
A	TRIBUTOS	8,6900%	472,79
B	IRIS	0,6500%	35,62
B.1	COFINS	3,0000%	163,95
B.2	TRIBUTOS Municipais ISS	5,0000%	273,26
B.3	Outros Tributos (INSS Lei 12546/2011)		
B.4			
	Subtotal		619,69
C	LUCRO	2,2000%	107,47
			0,02
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		13,99%	726,18
(categoria profissional)	1 POSTO	Quantidade	VALORES
		1	3.465,15

Rj

Ecolump Serviços Gerais Ltda - Me
 CNPJ: 39.750.831/0001-16
 Ricardo Roque - Gerente de Trabalho
 1111 - 3033 3333 3333

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CCT	CCT 2016/2017 SITTRATER/DF x SINDIBRAS/DF Nº DF000462/2016		
CATEGORIA	MOTORISTA DE AMBULANCIA (15H ÀS 24H)		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.065,06
	Adicional Noturno	20,00%	103,88
	Adicional de Insalubridade (grau médio) SM - R\$ 927,00	20,00%	187,40
	Adicional Horas Extras		
	Adicional Noturno Sobre Horas Extras		
	Súmula 444 TST		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:			R\$ 2.376,33
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte		264,90
	Auxílio Alimentação (R\$ 24,50 por dia trabalhado. Pode haver desconto de 10%) CCT Cláusula 9ª, § 3º		575,12
	Assistência Médica		
	Seguro de vida, auxílio invalidez e funeral		
	Fundo Indenizatório		
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			840,02
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insúmos Diversos		
	Uniformes		45,64
	EPIs e Ferramentas		
	Conjunto de Primeiros Socorros		
	Equipamentos e Ronda e Comunicação		
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			45,64
MÓDULO 4- ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00%	475,27
	SESI ou SESCO (art. 30, Lei nº 8.038/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50%	35,64
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00%	23,76
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.149/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20%	4,75
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50%	59,41
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.038/90)	8,00%	190,11
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II, B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (3,00% x 0,50)	1,50%	35,64
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60%	14,26
	arredondamento		
	TOTAL:	36,30%	826,84
4.2. 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33%	197,56
	Subtotal:	8,33%	197,56
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	2,94%	69,59
	arredondamento		(0,01)
	TOTAL:	11,27%	267,22
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,0200%	0,48
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,0100%	0,24
	arredondamento		(0,61)
	TOTAL:	0,03%	0,71
4.4. PROVISÃO P. RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,4200%	9,98
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,0336%	0,80
	Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado	0,2000%	4,75
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,8470%	43,89
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,6500%	15,45
	Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio trabalhado	3,6000%	90,30
	arredondamento		
	TOTAL:	6,35%	165,17
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,3300%	197,56
	Adicional de Férias	2,7800%	66,08
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,3500%	9,27
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)	0,0200%	0,50
	Faltas legais (art. 473 e 63, CLT)	0,2800%	6,85
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)	0,0300%	0,71
	Outros	0,0000%	-
	Subtotal:	11,8306%	281,14
	Incidência do 4.1. sobre o Custo de Reposição	4,1782%	99,24
	arredondamento		
	TOTAL:	16,01%	380,38
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	36,3000%	826,84
4.2.	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	11,2705%	267,22
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,0300%	0,71
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,5006%	165,17
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	16,0071%	380,38
	TOTAL:	69,5582%	1.652,02
TOTAL (MÓDULOS 1-2-3-4)			R\$ 4.515,11
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos Indiretos)	3,0709%	751,38
B	TRIBUTOS	8,6500%	489,39
B.1	IRIS	0,6500%	36,64
B.2	COFINS	3,0000%	170,05
B.3	Tributos Municipais ISS	5,0000%	282,41
B.4	Outros Tributos (INSS Lei 12646/2011)		-
	Subtotal:	2,2000%	841,88
C	LUCRO		111,46
	Subtotal:	2,2000%	111,46
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		13,95%	753,19
(categoria profissional)	1 POSTO	Quantidade	VALORES
		1	5.668,27

Ry

Colimp Serviços Gerais Ltda - ME
 CNPJ: 39.750.831/0001-16
 Rua Rômulo de Carvalho

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CCT		CCT 2016/2017 SITTRATER/DF x SINDIBRAS/DF Nº DF000462/2016	
CATEGORIA		ATENDENTE	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Porcentual	VALOR PROPOSTA
Salário Base			1.087,48
Adicional Noturno			-
Adicional de Periculosidade			-
Adicional Horas Extras			-
Adicional Noturno Sobre Horas Extras			-
Somatória 444 TST			-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 1.087,48
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
Auxílio Transporte			264,75
Auxílio Alimentação (R\$ 24,50 por dia trabalhado. Pode haver desconto de 10%) CCT Cláusula 9ª, § 3º			486,64
Assistência Médica			-
Seguro de vida, auxílio invalidez e funeral			-
Fundo Indenizatório			-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			751,39
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
Insutmos Diversos			
Uniformes			83,70
EPIs e Ferramentas			-
Conjunto de Primeiros Socorros			-
Equipamentos e Ronda e Comunicação			-
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			83,70
MÓDULO 4- ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		Porcentuais	VALORES
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS			
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)		20,00%	217,50
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.038/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)		1,50%	16,31
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)		1,00%	10,87
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.148/70 e Lei 7.767, de 30/06/89)		0,20%	2,17
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)		2,50%	27,19
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.038/90)		8,00%	87,00
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II, B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (3,00% x 0,50)		1,50%	16,31
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)		0,60%	6,52
arredondamento			0,01
TOTAL		35,30%	383,68
4.2 13º SALÁRIO			
13º Salário		8,33%	90,59
Subtotal		8,33%	90,59
Incidência de 4.1, sobre o 13º salário		2,94%	31,98
arredondamento			(0,80)
TOTAL		11,27%	122,56
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE			
Afastamento maternidade		0,0200%	0,22
Incidência de 4.1, sobre afastamento maternidade		0,0100%	0,11
arredondamento			-
TOTAL		0,03%	0,33
4.4. PROVISÃO P. RESCISÃO			
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		0,4200%	4,57
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		0,0328%	0,37
Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado		0,2000%	2,17
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)		1,8472%	20,09
Incidência de 4.1, sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,6500%	7,07
Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio trabalhado		3,8000%	41,32
arredondamento			-
TOTAL		6,95%	75,58
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Férias		8,3300%	90,59
Adicional de Férias		2,7800%	30,23
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		0,3900%	4,24
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		0,0208%	0,23
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		0,2800%	3,04
Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)		0,0330%	0,36
Outros		0,0000%	-
Subtotal		11,9300%	128,65
Incidência de 4.1, sobre o Custo de Reposição		4,1760%	45,41
arredondamento			0,01
TOTAL		16,01%	174,07
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	35,3000%	383,68
4.1	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FERIAS	11,2705%	122,56
4.2	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,0300%	0,33
4.3	PROVISÃO RESCISÃO	6,9508%	75,58
4.4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	16,0060%	174,07
4.5			
TOTAL		69,5573%	756,43
TOTAL (MÓDULOS: 1+2+3+4)			R\$ 2.689,00
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Porcentual	VALORES
5			
A	Taxa de Administração (Custos Indiretos)	3,0800%	82,82
B	TRIBUTOS	8,6500%	288,24
B.1	IRPS	0,6500%	20,16
B.2	COFINS	3,0000%	83,09
B.3	Tributos Municipais ISS	5,0000%	158,05
B.4	Outros Tributos (INSS Lei 12546/2011)	-	-
Subtotal			351,06
C	LUCRO	2,2000%	60,98
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		10,85%	412,04
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
1 POSTO		1	3.101,04

R.S.



Ecolimp Serviços Gerais Ltda - ME
 CNPJ: 39.750.831/0001-16
 Ricardo Roque de Carvalho
 11.911.111-1111

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CCT		CCT 2016/2017 SITTRATER/DF x SINDIBRAS/DF Nº DF000462/2016	
CATEGORIA		AJUDANTE	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
Salário Base			1.052,20
Adicional Noturno			-
Adicional de Periculosidade			-
Adicional Horas Extras			-
Adicional Noturno Sobre Horas Extras			-
Súmula 444 TST			-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 1.052,20
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
Auxílio Transporte			266,87
Auxílio Alimentação (R\$ 24,50 por dia trabalhado. Pode haver desconto de 10% CCT Cláusula 9ª, § 3º)			496,64
Assistência Médica			-
Seguro de vida, auxílio invalidez e funeral			-
Fundo indenizatório			-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			763,51
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
Uniformes			28,93
EPIs e Ferramentas			-
Conjunto de Primeiros Socorros			-
Equipamentos e Ronda e Comunicação			-
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			28,93
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)		20,00%	210,44
SEGI ou SESCO (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)		1,50%	15,78
SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)		1,00%	10,52
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.148/70 e Lei 7.767, de 30/06/89)		0,20%	2,10
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)		2,50%	26,31
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)		8,00%	84,18
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II, B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/06) (3,00%*x0,50)		1,50%	15,78
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)		0,60%	6,31
arredondamento			0,01
TOTAL :		35,30%	371,43
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
13º Salário		8,33%	87,65
Subtotal		8,33%	87,65
Incidência de 4.1, sobre o 13º salário		2,94%	30,94
arredondamento			-
TOTAL :		11,27%	118,59
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade		0,0200%	0,21
Incidência de 4.1, sobre afastamento maternidade		0,0100%	0,11
arredondamento			-
TOTAL :		0,03%	0,32
4.4. PROVISÃO P. RESCISÃO		Percentuais	VALORES
Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		0,4200%	4,42
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		0,0336%	0,35
Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado		0,2000%	2,10
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)		1,8472%	19,44
Incidência de 4.1, sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,5500%	5,84
Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Trabalhado		3,8000%	39,98
arredondamento			-
TOTAL :		6,85%	73,13
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
Férias		8,3300%	87,65
Adicional de Férias		2,7800%	29,25
Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		0,3500%	4,10
Licença maternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		0,0208%	0,22
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		0,2800%	2,85
Acidente do Trabalho (arts. 19 a 25, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)		0,0300%	0,32
Outros		0,0000%	-
Subtotal		11,8200%	124,48
Incidência de 4.1, sobre o Custo de Reposição		4,1760%	43,94
arredondamento			0,01
TOTAL :		16,01%	168,43
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4			
MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	35,3000%	371,43
4.2.	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	11,2700%	118,59
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,0300%	0,32
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,8500%	73,13
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	16,0600%	168,43
TOTAL :		69,5573%	731,90
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)			R\$ 2.566,54
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos Indiretos)	3,9800%	79,55
B	TRIBUTOS	8,5500%	258,02
B.1	IRIS	0,5500%	18,24
B.2	COFINS	3,0000%	88,78
B.3	Tributos Municipais ISS	5,0000%	147,50
B.4	Outros Tributos (INSS-Lei 12546/2011)	-	-
Subtotal			335,07
C	LUCRO	2,1999%	56,20
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		12,90%	393,27
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
1 POSTO		1	2.560,81

Rg

X

Ecolump Serviços Gerais Ltda - Me
 CNPJ: 39.750.831/0001-16
 Ricardo Romão de Carvalho
 12/04/2017

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CCT		CCT 2016/2017 SITTRATER/DF x SINDIBRAS/DF Nº DF000462/2016	
CATEGORIA		ENCARREGADO (5H30 ÀS 14H30)	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Porcentual	VALOR PROPOSTA
Salário Base			3.838,70
Adicional Noturno			-
Adicional de Periculosidade			-
Adicional Horas Extras			-
Adicional Noturno Sobre Horas Extras			-
Súmula 444 TST			-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 3.838,70
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
Auxílio Transporte			159,88
Auxílio Alimentação (R\$ 24,50 por dia trabalhado. Pode haver desconto de 10%) CCT Clausula 9ª, § 3º			575,12
Assistência Médica			-
Seguro de vida, auxílio invalidez e funeral			-
Fundo Indenizatório			-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			734,88
MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS			
Insumos Diversos			
Uniformes			52,10
EPIs e Ferramentas			-
Conjunto de Primeiros Socorros			-
Equipamentos e Flonda e Comunicação			-
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			52,10
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)		20,00%	767,74
SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.038/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)		1,50%	57,58
SENAI ou SENAD (Decreto nº 2.318/86)		1,00%	38,39
INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.148/70 e Lei 7.767, de 30/06/69)		0,20%	7,68
Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 67.043/82)		2,50%	95,97
FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.038/90)		8,00%	307,10
Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (Inciso II.B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (3,00% x 0,50)		1,50%	57,58
SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)		0,50%	19,19
arredondamento			(0,01)
TOTAL:		35,30%	1.355,08
4.2. 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
13º Salário		8,33%	319,76
Subtotal		8,33%	319,76
Incidência de 4.1. sobre o 13º salário		2,94%	112,89
arredondamento			-
TOTAL:		11,27%	432,64
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
Afastamento maternidade		0,0200%	0,77
Incidência de 4.1. sobre afastamento maternidade		0,0100%	0,38
arredondamento			-
TOTAL:		0,03%	1,15
4.4. PROVISÃO P. RESCISÃO		Percentuais	VALORES
Aviso Prévio indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		0,4200%	16,12
Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado		0,0336%	1,29
Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado		0,2000%	7,68
Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXII, CF e 477, 487 e 491, CLT)		1,8470%	70,91
Incidência de 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,6500%	24,95
Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio trabalhado		3,8000%	145,87
arredondamento			(6,01)
TOTAL:		6,95%	266,61
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
Férias		8,3300%	319,76
Adicional de Férias		2,7800%	106,72
Auxílio doença (arts. 59 e 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		0,3900%	14,97
Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		0,0208%	0,80
Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		0,2800%	10,73
Acidente de Trabalho (arts. 19 e 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)		0,0300%	1,15
Outros		0,0000%	-
Subtotal		11,8308%	454,15
Incidência de 4.1. sobre o Custo de Reposição		4,1763%	160,31
arredondamento			6,01
TOTAL:		16,01%	614,47
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4		MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)	
4.1.		PREVIDENCIÁRIO E FGTS	35,3000%
4.2.		13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	11,2708%
4.3.		AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,0300%
4.4.		PROVISÃO RESCISÃO	6,9508%
4.5.		CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	16,0071%
TOTAL:		69,5584%	2.670,13
TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)			R\$ 7.295,79
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	
A		Taxa de Administração (Custos indiretos)	3,0800%
B		TRIBUTOS	8,6600%
B.1		PIS	0,6500%
B.2		COFINS	3,0000%
B.3		Tributos Municipais ISS	5,0000%
B.4		Outros Tributos (INSS Lei 12546/2011)	-
C		LUCRO	2,2000%
Subtotal			952,49
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)			165,45
arredondamento			(0,01)
VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		13,95%	1.117,83
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
		1 POSTO	8.413,66

Rg

8

Ecolump Serviços Gerais Ltda - Me
 CNPJ: 39.750.831/0001-16
 Ricardo Rogu
 CEP: 844.500-957-91

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

CCT		CCT 2016/2017 SITTRATER/DF x SINDIBRAS/DF Nº DF000462/2016	
CATEGORIA		ENCARREGADO (15H ÀS 24H)	
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		3.836,70
	Adicional Noturno	20,00%	207,39
	Adicional de Periculosidade		-
	Adicional Horas Extras		-
	Adicional Noturno Sobre Horas Extras		-
	Sumula 444 TST		-
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 4.044,09
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte		159,88
	Auxílio Alimentação (R\$ 24,50 por dia trabalhado. Pode haver desconto de 10%) CCT Cláusula 9ª, § 3º		575,12
	Assistência Médica		-
	Seguro de vida, auxílio invalidez e funeral		-
	Fundo indenizatório		-
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			734,80
MÓDULO 3 - INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes		46,05
	EPIs e Ferramentas		-
	Conjunto de Primeiros Socorros		-
	Equipamentos e Fone de Comunicação		-
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			46,05
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1. PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 9.212/91)	20,00%	809,22
	SESI ou SESCO (art. 30, Lei nº 9.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50%	60,69
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00%	40,46
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.767, de 30/06/89)	0,20%	8,09
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 67.043/82)	2,50%	101,15
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 9.036/90)	8,00%	323,69
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II.B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (3,00% x 0,50)	1,50%	60,69
	SEBRAE (8.3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,80%	24,28
	arredondamento		-
	TOTAL:	35,30%	1.428,27
4.2. 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33%	337,04
	Subtotal	8,33%	337,04
	Incidência de 4.1. sobre o 13º salário	2,94%	118,37
	arredondamento		-
	TOTAL:	11,27%	455,01
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,0200%	0,01
	Incidência de 4.1. sobre afastamento maternidade	0,0100%	0,40
	arredondamento		-
	TOTAL:	0,03%	1,21
4.4. PROVISÃO P. RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,4200%	16,99
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,0328%	1,35
	Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado	0,5000%	6,09
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,5472%	74,74
	Incidência de 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,6500%	26,30
	Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio trabalhado	3,8000%	153,75
	arredondamento		(2,01)
	TOTAL:	6,95%	281,22
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,3300%	337,04
	Adicional de Férias	2,7800%	112,48
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)	0,5900%	15,78
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 1º CLT)	0,0208%	0,84
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)	0,2800%	11,33
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 475, CLT e Lei nº 6.356/77)	0,0300%	1,21
	Outros	0,0000%	-
	Subtotal	11,9308%	479,69
	Incidência de 4.1. sobre o Custo de Reposição	-4,1763%	-169,99
	arredondamento		(0,01)
	TOTAL:	16,01%	647,58
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	35,3000%	1.428,27
4.2.	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FERIAS	11,2705%	455,01
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,0300%	1,21
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,9508%	281,22
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	16,0071%	647,06
	TOTAL:	69,5304%	2.814,37
TOTAL (MÓDULOS: 1+2+3+4)			R\$ 7.641,91
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos indiretos)	3,0800%	235,25
B	TRIBUTOS	6,6500%	782,26
B.1	PIS	0,6500%	67,26
B.2	COFINS	3,0000%	284,37
B.3	Tributos Municipais ISS	5,0000%	440,61
B.4	Outros Tributos (INSS Lei 12546/2011)		-
	Subtotal		997,81
C	LUCRO	2,2000%	173,29
	Subtotal		173,29
	VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)	12,96%	1.170,91
(categoria profissional)	1 POSTO	Quantidade	VALORES
		1	8.812,22

R. G.

Ecolump Serviços Gerais Ltda - ME
 CNPJ: 09.750.831/0001-16
 Ricardo Rogério de Carvalho
 CPF: 854.829.857-91

Empresa ECOLIMP SERVIÇOS GERAIS EIRELI
 CNPJ 39.750.831/0001-16
 Data Proposta 12/04/2017

GRUPO 1				
ITEM	POSTO DE TRABALHO	QTDE	PROPOSTA EMPRESA	
			PREÇO UNITÁRIO MENSAL	PREÇO TOTAL MENSAL
1	MOTORISTA DE VEICULO PESADO (COMUM - 5H ÀS 22H)	42	R\$ 5.098,51	R\$ 214.137,42
2	MOTORISTA DE VEICULO PESADO (COMUM - 14H ÀS 23H)	2	R\$ 5.191,90	R\$ 10.383,80
3	MOTORISTA DE VEICULO PESADO (COMUM - 15H ÀS 24H)	1	R\$ 5.285,09	R\$ 5.285,09
4	MOTORISTA DE VEICULO PESADO (ESCALA DIURNA - 12X36)	4	R\$ 4.627,82	R\$ 18.511,28
5	MOTORISTA DE VEICULO PESADO (ESCALA NOTURNA - 12X36)	6	R\$ 5.326,76	R\$ 31.960,56
6	MOTORISTA DE AMBULANCIA (5H ÀS 22H)	4	R\$ 5.465,15	R\$ 21.860,60
7	MOTORISTA DE AMBULANCIA (15H ÀS 24H)	1	R\$ 5.668,27	R\$ 5.668,27
8	ATENDENTE	3	R\$ 3.101,04	R\$ 9.303,12
9	AJUDANTE	12	R\$ 2.959,81	R\$ 35.517,72
10	ENCARREGADO (5H30 ÀS 14H30)	1	R\$ 8.413,66	R\$ 8.413,66
11	ENCARREGADO (15H ÀS 24H)	1	R\$ 8.812,22	R\$ 8.812,22
	TOTAL MENSAL	77		R\$ 369.853,74
	TOTAL ANUAL			R\$ 4.438.244,88

R.S.

*

Ecolimp Serviços Gerais Ltda Me
 CNPJ: 39.750.831/0001-16
 Ricardo Rogério de Carvalho
 CPF: 894.839.867-91